



## GRUPOS TUPI DO TOCANTINS

EXPEDITO ARNAUD \*

Museu Paraense "Emílio Goeldi", Belém, Pará

A presente comunicação aborda somente os índios Parakanán e Asurini, <sup>(1)</sup> localizados à margem esquerda do baixo Tocantins, entre 3º e 5º de Latitude Sul, no que diz respeito aos contatos dos mesmos com a sociedade nacional, sobretudo os decorridos pela ação do Serviço de Proteção aos Índios. A região tem a economia baseada na extração da castanha-do-pará, constituindo-se sua via principal de acesso a Estrada de Ferro do Tocantins, entre Tucuruí (anti-

ga Alcobaça) e Jatobal <sup>(2)</sup>. As penetrações, em busca dos castanhais aí existentes, começaram a se intensificar pela década de 1920 e, desde então, até recentemente, geraram sucessivos conflitos entre índios e brasileiros, intercalados por expedições punitivas enviadas contra aldeamentos indígenas <sup>(3)</sup>.

<sup>(1)</sup> O Município de Tucuruí, que tem como Sede a cidade do mesmo nome (antiga Alcobaça), foi criado em 1947 com terras desmembradas do Município de Baião. Em 1960 possuía uma população de 5.788 habitantes (3.358 urbanos e 2.230 rurais) (IBGE, 1960). A Estrada de Ferro do Tocantins, iniciada em 1895 e concluída em 1941, tem um percurso de 117 km.

<sup>(2)</sup> Duas dessas expedições foram organizadas pela direção da Estrada de Ferro. A primeira ocorrida em 1930, chefiada por Balbino Ribeiro, contou com a participação de um destacamento da Força Policial do Estado. Um dos componentes (tenente Manoel Francisco da Silva) ao ser inquirido pelo então encarregado do Pôsto do Tocantins, segundo dados contidos em relatório do mesmo, datado de 1930, teria assim se expressado: "Sr. Alípio, o meu galão é o refrigerio de minha família, mas eu prefiro perdê-lo a fazer outra viagem com o mesmo fim desta feita agora. Nunca vi tanta barbaridade". A segunda expedição realizada em 1945, chefiada pelo próprio diretor

\* Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

<sup>(1)</sup> Além da bibliografia citada, utilizamos, para a elaboração deste artigo, do seguinte: a) de apontamentos colhidos por ocasião de pesquisas de campo que realizamos ao Baixo Tocantins em 1961 e 1962; b) de documentos existentes no arquivo na 2.ª Inspeção Regional do S.P.I.; e c) de informações pessoais sobretudo do Sr. Sothero Francisco Ramos, Agente do Pôsto Indígena Trocará. No que respeita ao grupo igualmente de fala Tupi, denominado Suruí-Mujetire, que habita no Médio Tocantins e não referido no texto, cf. LARAIA (1963, 1965).

Os Parakanán e Asuriní foram muitas vezes confundidos, inclusive através da literatura etnológica <sup>(4)</sup>. Sòmente puderam ser definitivamente caracterizados a partir de 1953, data em que se aproximaram, simultaneamente e de modo pacífico, das turmas sob a jurisdição dos Postos Indígenas Tucuruí (antigo Tocantins) e Trocará, respectivamente. O primeiro instalado no Km 67 da Estrada de Ferro e o segundo em um sítio nas proximidades da cidade de Tucuruí <sup>(5)</sup>.

Os Parakanán, segundo NIMUEN-DAJÚ (1948: 206), foram inicialmente assim denominados pelos Arara-Pariri, a quem, por volta de 1910, expulsaram do antigo território no rio Iriuná, afluente do Pacajá de Portel <sup>(6)</sup>. Até os dias atuais permanecem isolados, des-

da Estrada, teria retornado antes de alcançar as aldeias indígenas. Em acòrdo com depoimentos colhidos pelo S.P.I. tinha a finalidade de aprisionar índios para "amansá-los" em uma ilha situada confronte à cidade de Tucuruí.

<sup>(4)</sup> NIMUEN-DAJÚ (1948:225) deu como errônea a indicação de COUDREAU (1897:32) relativa à presença de índios com a denominação Asuriní à margem esquerda do Tocantins. E por sua vez afirmou que, sòmente os Parakanan, incursionavam na mencionada região.

<sup>(5)</sup> Com referência aos contactos realizados, em 1953, pelas Turmas de Atração do S.P.I. com os Parakanan e Asuriní cf. ARNAUD (1961:3-5).

<sup>(6)</sup> A denominação de Arara-Pariri era aplicada a um sub-grupo Arara, hoje extinto. Cf. NIMUEN-DAJÚ (1948: 224-225).

conhecendo-se exatamente o local onde se encontram suas aldeias que, no entanto, em acòrdo com indicações recentes fornecidas por índios Asuriní do Pòsto do Trocará, devem estar ainda situadas pelas imediações do território de onde expulsaram os Arara, ou seja, entre as cabeceiras dos rios Pacajá e Juncundá.

Na zona tocantina, onde começaram a se fazer notar após 1920, pode ser dada como duvidosa sua participação nos conflitos outrora verificados. Pelo que hoje sabemos, através de documentos do S.P.I. e de velhos informantes, os Parakanán, desde o passado até o presente, nas incursões efetuadas cujo objetivo tem sido a pilhagem, vem operando em bandos compostos até por mais de 100 homens armados de arcos e flechas <sup>(7)</sup>, porém nunca fizeram vítimas. Sempre encon-

<sup>(7)</sup> Em 1931 foi registrada no Pòsto do Tocantins uma visita de 115 índios Parakanan: "60 homens, 30 mulheres, 15 crianças em tipóias e 10 meninos entre 10 e 15 anos". A partir de 1953, bandos de 40, 50, 60 e até 100 índios incursionaram na área do Pòsto (Cf. ARNAUD, 1961:20). Um relatório de dezembro de 1964, do mesmo estabelecimento, registra, talvez com certo exagero que, "por ocasião da última excursão dos Parakanan foram conferidos 200 e poucos índios guerreiros"... Ainda em conformidade com o citado relatório, no decorrer de 4 visitas efetuadas durante o ano, os Parakanan conduziram o seguinte: 50 facões, 24 machados, 40 rédes, 30 calções, 30 calças, 1 quilo de miçangas, 150 sacos de farinha de 60 quilos, 20 ditos de milho, 10 arrobas de tabaco, bem como batatas, macaxeira e bananas.

traram condições favoráveis para a satisfação dos propósitos, sem alterar essa linha de conduta, já que costumam incursionar na época do estio, fora da safra da castanha, quando mínima é a penetração nas matas por parte de elementos regionais, e em um trecho da Estrada de Ferro fracamente povoado. A princípio deparavam apenas esparsos moradores sem condições de reagir; e a partir de 1927 passaram a encontrar ambiente ainda mais propício no Pòsto do S.P.I. instalado nesse ano precisamente na zona onde mais freqüentemente apareciam.

Com o mencionado estabelecimento os contactos dos Parakanán dividem-se em dois períodos distintos. No primeiro, que se estendeu até 1938, data em que podem ter sido vítimas de uma epidemia de sarampo que então grassava pela região (cf. ARNAUD, 1961: 19), costumavam trazer mulheres e crianças. Durante o segundo, iniciado em 1953 e ainda em prosseguimento, os bandos, que têm sido compostos apenas por homens adultos, só passaram a atingir a sede do pòsto após a extinção de um acampamento que se achava estabelecido a 16 km da mesma. Essas visitas, porém, vem se tornando cada vez mais freqüentes e, consoante informações de intérpretes, os Parakanán já teriam prometido deslocar as aldeias para as proximida-

des do Tocantins. Tratando-se de um grupo possivelmente numeroso, se isso vier a ocorrer e o S.P.I. não estabelecer, prèviamente, distante da estrada, extensas lavouras e reservas em utensílios para satisfazê-los, principalmente na fase inicial da mudança, acabarão por estender as incursões indo entrar em choque com populações caboclas mais numerosas que as encontradas no passado. De outro modo, considerando-se a carência de recursos sanitários não só no pòsto indígena como no meio regional, dentro de pouco tempo, estarão depopulados pelas epidemias como inúmeros outros grupos tribais.

Os dados obtidos sobre a cultura Parakanán, durante seus ligeiros contactos com o Pòsto do S.P.I. restringem-se a alguns detalhes sobre a indumentária masculina, armas, subsistência e filiação lingüística. A indumentária consiste no uso de um pequeno batoque labial, na ausência de furos nos lóbulos das orelhas e de cobre-sexo, bem como no corte do cabelo que é feito rente em forma circular, ou completamente raspado. Como armas usam o arco e a flecha <sup>(8)</sup>. Por ocasião dos saques os artigos que mais insistentemente procuram são o tabaco, a farinha de mandioca, ré-

<sup>(8)</sup> O arco dos Parakanan, conforme verificamos pessoalmente por ocasião de um contacto com os mesmos, tem a seção elíptica e não plano-convexa como foi anteriormente registrado. Cf. ARNAUD (1961:21).

des, tecidos, fios de algodão, machados, facas e terçados. Costumam colhêr, dos roçados do pôsto, macaxeira, batata, milho e banana. Conduzem também todos os cães que encontram ao alcance dando a entender que os utilizam na caça. Quanto à língua que falam, em aditamento ao que já foi registrado (ARNAUD, 1961: 21), podemos aqui melhor informar que, índios Asurini, cujo dialeto falado é realmente Tupi, empregados como intérpretes, vêm mantendo entendimentos verbais satisfatórios com os mesmos.

Pela denominação de Asurini são identificadas duas unidades tribais hoje distintas. Uma delas se encontra ainda arredia, habitando, segundo informantes do S.P.I., no antigo território situado entre o rio Xingu e seu afluente Bacajá<sup>(9)</sup>. E a outra, aqui referida<sup>(10)</sup>, sob a jurisdição do Pôsto Indígena do Trocará, continua localizada à margem esquerda do Tocantins, no mesmo sítio onde surgiu pacificamente pela primeira vez. Antes dividia-se em dois grupos locais, cujos aldeamentos achavam-se estabelecidos nas regiões do Pacajá de Portel e na Serra do Trocará, esta não muito distante do Tocantins. (cf. ARNAUD, 1961: 7-8).

<sup>(9)</sup> A respeito dos Asurini do rio Xingu cf. NIMUENDAJU (1948:201-243).

<sup>(10)</sup> LARAIA (1965:66-75), aplica aos Asurini do Tocantins a denominação Akuáwa-Asurini.

Segundo fatos já apontados (ARNAUD, 1961: 4-7), êstes foram os índios que, durante quase trinta anos, estiveram em lutas armadas com brasileiros, em uma frente de 80 km compreendida desde o lugar Joana Peres, no Município de Baião, até próximo à vila denominada Breu, no Km 43 da Estrada de Ferro. Ao contrário dos Parakanán que, além de habitarem uma zona não alcançada pelas frentes pioneiras, sempre encontraram condições favoráveis para a satisfação dos intentos, os Asurini, uma vez situados mais próximos dos núcleos regionais, tiveram rapidamente os territórios atingidos pelos coletores de castanha. Atacados por expedições punitivas, a partir de quando começaram a se opor às penetrações, revidaram também enêrgicamente, hostilizando lavradores, turmas de conservação da estrada e, ameaçando, igualmente, a permanência de pequenos núcleos de povoamento. Seu deslocamento para a margem do Tocantins objetivando estabelecer uma convivência pacífica com os regionais, conforme êles próprios informaram, verificou-se em consequência de haverem sido despojados de suas terras por índios inimigos, possivelmente os Parakanán.

O ambiente onde os Asurini vieram procurar refúgio, na ocasião, não apresentava condições favoráveis para a subsistência de um gru-

po tribal, haja vista o seguinte: pouca ocorrência de animais silvestres por se tratar de uma zona batida por caçadores regionais; insuficiência de peixes nos cursos d'água, uma vez que transcorria a fase das enchentes; e falta de roçados no Pôsto Indígena que achava-se ainda em fase de instalação. Assim sendo, as dificuldades desde logo começaram a surgir, tendo sido o S. P. I. compelido a importar, continuamente, quantidades avultadas de farinha para os abastecer<sup>(11)</sup>, e, em uma ocasião mais crítica, o agente do pôsto, para isso, teve de lançar mão de alimentos em conserva que eram destinados ao consumo dos funcionários. Foram então os Asurini atingidos por forte surto disentérico, seguido de outro de gripe, perecendo, em consequência, cêrca de 50 dos 190 indivíduos que compunham a população (Cf. ARNAUD, 1961: 8). Os sobreviventes na maioria retornaram ao rio Pacajá, porém, de quando em vez, surgiam no pôsto em busca de alimentação, não possibilitando assim o amadurecimento dos roçados.

Finalmente, no ano de 1956, quando uma grande enchente assolou o Tocantins, a situação ficou insustentável para o agente do

<sup>(11)</sup> Um relatório da 2.<sup>a</sup> Inspeção Regional do S.P.I. do ano de 1954, informa que, no decorrer do ano, foram adquiridos 400 alqueires de farinha para abastecer os Asurini (12.000 kg).

S. P. I. que, sem recurso de qualquer espécie, abandonou o local. Na conjuntura surgiu um indivíduo de côr preta, sem ocupação definida, mas que com a anuência do S.P.I. caçava e pescava entre os silvícolas, acabou por assumir a liderança de trinta e poucos dos remanescentes. Com êles passou a percorrer durante cêrca de dois anos, as cidades e povoações do baixo Tocantins mendigando e saqueando roçados, sem encontrar reação, já que fazia acreditar ter influência sobre um grupo mais numeroso. Ao mesmo tempo, proporcionava aos silvícolas o uso de bebidas alcoólicas e facilitava o intercuro sexual de "civilizados" com as índias. Todavia, gozava de prestígio junto às autoridades locais e comerciantes, sob pretexto de que a permanência dos índios em sua companhia, representava uma garantia para a tranquilidade das populações regionais. Quando o S.P.I. houve por bem tomar providências de ordem policial para por têrmo a situação, teve a ação dificultada pelas mesmas autoridades. Em última instância, o Prefeito e Vereadores do Município de Tucuruí, dirigiram um memorial ao então presidente do partido político dominante, hipotecando "irrestrita solidariedade" à pessoa daquele indivíduo, a que, em acôrdo com expressões contidas no documento, reconheciam como "um incansável

catequizador de silvícolas" (12). Por fim, já reduzidos à metade, os índios foram recolhidos ao posto, mas a prisão do marginal foi relaxada.

As migrações, dispersões e epidemias, havidas no período de 1953 a 1961, reduziram os Asuriní sob a jurisdição do Posto do S.P.I. a 25 indivíduos (15 do sexo masculino e 10 do sexo feminino). (Cf. ARNAUD, 1963: 105). Porém, nos dias que decorrem, apresentam-se aumentados para 53 em consequência do retorno à aldeia de 4 elementos (3 rapazes e 1 moça) que, desde a idade infantil, estavam sendo criados por brasileiros; pela ocorrência de mais dois nascimentos que falecimentos; e pela imigração dos últimos remanescentes que ainda habitavam no rio Pacajá: sete em 1963 e os restantes em fins de 1965 (13). Esse total que representa menos de 1/3 do total existente há 13 anos passados, divide-se entre 29 homens e 24 mulheres: 21 menores de 14 anos (10 ♂♂ e 11 ♀♀); 27 de 15 a 34 anos (15 ♂♂ e 12 ♀♀; e 5 de 35 a

(12) O citado documento acha-se transcrito em um ofício de 2 de agosto de 1958, dirigido pela Chefia de Polícia do Estado do Pará à 2.ª Inspeção Regional do S.P.I.

(13) O bando num total de 32 indivíduos esteve acampado no Trocará em 1963. Na ocasião faleceram 11, havendo os demais retornados ao Pacajá, com exceção de 7 orfãos que permaneceram no Posto (Cf. ARNAUD, 1963: 106). Agora, segundo informaram, vieram com a intenção de se fixar.

60 anos (3 ♂♂ e 2 ♀♀). Embora tenha diminuído o desequilíbrio entre os sexos, existem ainda 4 rapazes solteiros com idades de 17 a 25 anos, aproximadamente, enquanto não há mulheres disponíveis com idade superior a dez anos.

Dentre os elementos reintegrados, um jovem que residia nas imediações do Trocará, retornou por motivo de casamento com uma índia do grupo imigrado, por imposição do sogro que só lhe cedeu a filha com a condição do casal permanecer em sua companhia. Os demais (2 rapazes e 1 moça de nome Uyrangawa com cerca de 16 anos) foram devolvidos pelas famílias que os estavam criando. Os rapazes, embora já houvessem esquecido o dialeto original, parecem estar se ambientando sem dificuldades, já que a maioria dos índios do posto fala o português; e um deles vem de se casar com uma mulher viúva do grupo imigrado. Todavia, a moça, mesmo lembrando o dialeto, relutou no momento em que a compeliram a abandonar o meio "civilizado" onde procurava esconder quanto possível a origem indígena; e sobretudo, a seguir, quando as circunstâncias a fizeram segunda mulher do padrasto.

Os índios ultimamente imigrados, de 3 anos para cá, vinham estabelecendo, esporadicamente, comércio de escambo com pequenas

frentes regionais do Município de Portel. Os homens adultos, com exceção do mais velho, trouxeram espingardas adquiridas através desse comércio. De modo geral, ambos os sexos, deixaram de usar os ornamentos tradicionais no lábio e orelhas. Porém, ainda empregam utensílios de fabricação própria como panelas de barro, cestos e redes de envira e algodão de trama espaçada. Afora a mulher viúva antes mencionada e uma orfã que se casou com o pajé do antigo grupo, os demais elementos, no total de quinze, constituem um grupo doméstico liderado pelo homem mais velho que, em torno de si, reúne duas espósas, filhos menores e as famílias elementares das três filhas mais velhas.

Os componentes da antiga comunidade, como vimos, além de uma acentuada baixa populacional, sofreram várias compulsões ocasionadas pelos contatos inter-técnicos. Havendo perdido a autonomia, desde quando foram reagrupados, vêm sendo dirigidos diretamente e, com assinalada influência, pelos sucessivos encarregados do posto. Alguns elementos, porém, não se submeteram a essa tutela existindo ainda na aludida situação um rapaz solteiro e dois homens casados, ou sejam, o pajé e o de nome Tatatian o qual, mais que os outros costuma impor sua condição de índio perante o posto. Durante

certo tempo conseguiu subtrair ao controle administrativo, agregando ao próprio grupo doméstico, alguns rapazes e crianças orfãs que, no entanto, acabaram por ir se anexando a outras famílias índias e de empregados do posto onde melhores são as condições de sobrevivência. Contudo, mais recentemente, na situação de crise que provocou com o objetivo de tornar a jovem Uyrangawa, anteriormente citada, como segunda mulher, acabou por levar a melhor como a seguir iremos verificar.

A jovem que, segundo já foi exposto, não desejava mais ser tratada como índia, antes de volver à aldeia havia se recusado consorciar com um rapaz Asuriní embora que destribalizado. Ao ser assediada pelo padrasto repeliu-o fortemente e, em seguida, compareceu perante o agente do posto dizendo que "não se casaria com Tatatian ou com outro qualquer índio, pois se assim o desejavam não deveriam tê-la afastado da mãe criando-a em outro meio." Ameaçou fugir e, daí em diante, passou a dormir armada com uma faca. O padrasto, por sua vez, vendo as pretensões quase frustradas, dirigiu-se também ao agente para declarar que, em acordo com a tradição da tribo, somente ele tinha direito de casar com a enteada; e que tomaria uma vingança se fosse possibilitada a fuga da mesma ou seu

consórcio com outro homem. Tendo os demais índios confirmado como legítima a reivindicação de Tatatian, aquele funcionário houve por bem não tentar qualquer solução pessoal para a crise. A jovem, vendo-se então abandonada, acabou por ceder. Todavia, lançou os sapatos fora, cortou os vestidos muito acima dos joelhos e tornou-se de tal forma desleixada a ponto de ser até censurada por outras índias da aldeia.

Os indivíduos de que ora nos ocupamos, estão divididos em dez famílias elementares, independentes entre si, sendo uma poligínica, ou seja, a do índio acima referido. Entre os mesmos o uso de roupas de há muito é habitual. A perfuração do lábio e dos lóbulos das orelhas não mais é praticada, sendo que, apenas o homem mais velho, ainda usa o batoque labial<sup>(14)</sup>. As técnicas tribais estão restritas aos raros indivíduos chegados ao Trocará em idade adulta que, no entanto, raramente as utilizam. A vida material da comunidade, aliás, vem funcionando em grande parte na dependência de mercadorias importadas: armas de fogo, utensílios de caça, pesca e cozinha, ferramentas agrícolas, sal, açúcar, querosene, rédes, roupas, etc.

As antigas malocas comunais, de cobertura de palha de duas águas,

<sup>(14)</sup> O batoque usado pelos Asurini talvez seja um empréstimo de origem Kayapó. Cf. ARNAUD (1961:3-7).

retangulares e totalmente abertas, foram substituídas por pequenas habitações com paredes de palha ou paxiúba, no estilo regional, com capacidade para abrigar apenas uma família elementar, e construídas em acôrdo com a orientação do encarregado do pôsto. Alguns dos casamentos havidos sofreram também a influência paternalista do mesmo. E os sepultamentos, a partir das primeiras crises, passaram a ser efetuados por empregados do S.P.I. tendo em vista o descaço dos índios para com seus mortos<sup>(15)</sup>.

A divisão de trabalho entre os sexos também foi alterada em consequência da imposição exercida pela administração. Assim sendo, a farinha de mandioca, cuja fabricação era atribuição feminina, passou a ser executada somente pelos homens. As mulheres deixaram, igualmente, de conduzir cargas e de cooperar nas atividades complementares de lavoura (plantio e colheita), já estando este comportamento sendo imitado pelas índias ultimamente imigradas.

Os homens adultos, afora as exceções registradas, desde que volveram ao Trocará passaram a ser

<sup>(15)</sup> Tradicionalmente os Asurini faziam os sepultamentos no interior das habitações, as quais em seguida eram abandonadas (Cf. ARNAUD, 1961:15). Agora estão sendo feitos em pontos afastados das mesmas, mas, raramente, os empregados do S.P.I. contam com a cooperação dos parentes dos mortos.

aplicados juntamente com os braçais do S.P.I. nos serviços normais do pôsto, sobretudo em lavouras. Os índios, a princípio, reagiram contra essa rigidez que lhes foi imposta, e que era agravada pela coerção exercida pelo então agente do pôsto, tendo alguns se recusado a trabalhar e outros fugido para a mata. Todavia, o agente a seguir designado, mais acostumado a tratar com índios<sup>(16)</sup>, foi aos poucos normalizando a situação mesmo sem alterar, fundamentalmente, aquela orientação. Ao mesmo tempo passou a controlar também o produzido através das outras atividades indígenas (caça, pesca e coleta), inclusive para o consumo, o que, de certo modo, serviu para combater a tendência individualista que vinha se manifestando no seio do grupo local (Cf. ARNAUD, 1961: 13).

A aplicação intensiva do braço indígena nos trabalhos do pôsto, dentro em pouco, começou a apresentar também resultados negativos. Em contraposição a um rendimento agrícola satisfatório, passou a haver carência de outros gêneros destinados à subsistência, pois, os índios, tornaram-se menos ativos nas ocupações dependentes da própria iniciativa, e cujo exercício só

<sup>(16)</sup> Trata-se do Agente Sothero Ramos, anteriormente mencionado e que, durante 9 anos chefiou o Pôsto Ajuricaba, no rio Demeni, Estado do Amazonas, com jurisdição sobre vários grupos tribais.

lhes era facultado fora da rotina diária. Em consequência disso, o próprio agente, em determinada fase, para não ter diminuído o ritmo normal do serviço viu-se, igualmente, obrigado a caçar e pescar para a comunidade. Por outro lado, os índios passaram a demonstrar descontentamento, principalmente após haverem conhecido a utilidade do dinheiro e verificado que, enquanto os braçais do S.P.I. com quem trabalhavam conjuntamente, eram pagos e, assim sendo, podiam comprar aquilo que desejavam, eles além da subsistência, só recebiam outros benefícios quando chegavam suprimentos da Inspeção Regional<sup>(17)</sup>. Alguns passaram então a recusar calçados e roupas usadas que, às vezes, lhes eram ofertadas; e outros o tabaco de mólho, exigindo cigarros importados. Um deles chegou a ser apontado por um funcionário do pôsto como "nocivo à disciplina interna", porque costumava expressar de viva voz sua insatisfação através de frases como estas: "Camará é pago com dinheiro e o índio com calções"; "índio trabalha para camará ganhar di-

<sup>(17)</sup> As lavouras do Pôsto, a partir de 1961, têm sido abertas com uma superfície de 6 hectares (24 tarefas), sendo 2/3 plantada com mandioca brava e o restante com milho, macaxeira e batatas. Pelo que apuramos, o obtido com a venda dos excedentes, cerca de 15% da produção, possibilita, quando muito, a aquisição do mais necessário: munição de caça, sal, açúcar, querosene, etc

nheiro." (18). O agente conseguiu por fim aliviar a tensão aplicando os índios com menos frequência nos serviços rotineiros, permitindo que se dedicassem mais a coleta de castanha e a caça para fins comerciais, em benefício próprio, embora que mantivesse as transações sob seu controle. Acontece que, o índio apontado como o mais eficiente nas atividades de lavoura, sendo pouco hábil no manejo da espingarda, quase nada obtém caçando e, desta forma, não está desfrutando de situação econômica semelhante a de outros mais eficientes neste mistér.

Mais recentemente, ainda em consequência da própria ação administrativa, outro problema surgiu no momento em que a Chefia Regional do S.P.I. a fim de atender às exigências dos imigrantes do rio Pacajá, autorizou um comerciante local a fornecer, a crédito, certa quantidade de mercadorias. Os índios do antigo grupo, embora se mostrassem insatisfeitos por não terem sido igualmente contemplados, acabaram por se conformar. A situação, no entanto, complicou-se logo em seguida pelo fato de ter sido negociada uma partida de castanha pertencente a alguns destes índios, através do posto, e com o mesmo comerciante que, indevidamente, utilizou-se do apurado para

amortizar aquele fornecimento. Os produtores ao tomarem conhecimento do esbulho não aceitaram justificativas, pois que, conforme suas expressões, "não tinham obrigação de trabalhar para sustentar índio brabo." O agente viu-se então obrigado a se deslocar do posto a fim de solucionar o assunto perante a chefia regional.

Após o que acaba de ser exposto, podemos deduzir que, os Asurini do Tocantins, em treze anos de contato permanente com a sociedade nacional, além de uma acentuada baixa demográfica, sofreram sensíveis mudanças no contexto sócio-cultural. A intromissão administrativa na vida da comunidade, conduta basicamente desaconselhada, mostrou-se contraproducente em vários aspectos; contudo, deve-se justificar que teve início em uma fase que, o grupo local desorganizado caminhava para o extermínio ou para uma completa absorção por parte da sociedade envolvente. De qualquer modo, sua subsistência melhorou a partir de então, pois as lavouras passaram a ser renovadas regularmente, excedendo, às vezes, as necessidades do consumo; e também o estado sanitário melhorou, haja vista que, o índice de nascimentos, superou ligeiramente o de falecimentos. Todavia, a despeito destes fatores e da imigração de indivíduos ainda portadores da antiga cultura, con-

siderando-se, por outro lado, seu reduzido número, a proximidade em que se acham de populações regionais e, sobretudo, a influência exercida pelo S.P.I., julgamos que dificilmente poderão reorganizar-se nos moldes tribais.

### SUMÁRIO

A presente comunicação aborda somente os índios Parakanán e Asurini, localizados à margem esquerda do baixo Tocantins entre 3 e 5º de Lat. Sul, no que respeita aos contatos dos mesmos com a sociedade brasileira, sobretudo os verificados em decorrência da ação do Serviço de Proteção aos Índios. A região tem a economia baseada na extração da castanha-do-pará, constituindo-se sua via principal de penetração a Estrada de Ferro do Tocantins, entre Tucuruí (antiga Alcobaca) e Jatobal.

Os Parakanán ainda permanecem isolados, habitando, possivelmente, entre as cabeceiras dos rios Jacundá e Pacajá de Portel. Suas incursões na zona tocantina, cujo objetivo tem sido a pilhagem, iniciaram-se após 1920. A princípio atingiam esparsos habitantes regionais, porém, a partir de 1927, passaram a convergir para o Posto Indígena do Tocantins estabelecido no Km 67 da mencionada Estrada. As referências obtidas acerca de sua cultura compreendem al-

guns detalhes sobre a indumentária masculina, armas, subsistência e filiação lingüística.

Os Asurini, ora em apreciação, nenhuma afinidade possuem atualmente com os índios de idêntica denominação, ainda arredios, que habitam entre o Xingu e seu afluente Pacajá. Tratam-se dos silvícolas que, da década de 1920 até 1953, estiveram empenhados em luta armada com brasileiros na região inicialmente mencionada. A partir de quando foram pacificados pelo S.P.I. sofreram epidemias, migrações e dispersões; em consequência, ficaram bastante depopulados, perderam a autonomia e experimentaram mudanças no contexto sócio-cultural. Hoje, reduzidos a menos de um terço da população que tinham em 1953, cujo total era de 190 indivíduos, estão sob a administração do Posto do Trocará, situado à margem esquerda do rio Tocantins, nas proximidades da cidade de Tucuruí.

### SUMMARY

#### TUPI GROUPS OF THE TOCANTINS RIVER

This paper deals with contact situation between the Parakanán and Asurini Indians on the one hand, and Brazilian National Society on the other. Special attention will be paid to the Indian Protection Service (SPI). The two tribes

(18) Camará é o termo empregado pelos Asurini do Tocantins para designar os indivíduos não índios.

under discussion live on the left bank of the lower Tocantins River, between the third and fifth Lat. South. The economy of the area is based on the extraction of Brazil nuts. The main means of communication is the "Tocantins Railway" between Tucuruí and Jatobal.

The Parakanán are still isolated between the head waters of the Juncundá and Pacajá de Portel Rivers. Their raids in the Tocantins area started in 1920 and were at first against the scattered inhabitants of the area, but subsequently were directed against the S.P.I. station of the Tocantins, which was established in 1927.

The Asurini, not to be confused with a group of the same name living in the upper Xingu area, fought with the Brazilian in the lower Tocantins region from the 1920's to 1953. Since their pacification, they have undergone epidemics; many have migrated and the population has been dispersed. As a result of contact with the Brazilian, the group has been reduced to one third of its original size, having formerly numbered 190

individuals. As a consequence of these crises they lost their autonomy and experienced a changed in the socio-cultural context.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARNAUD, E., 1961, Breve informação sobre os índios Asurini e Parakanan; Rio Tocantins, Pará, *Bol. Mus. Goeldi*, N.S., 11, Antropologia, Belém.
- ARNAUD, E., 1963, A terminologia de parentesco dos índios Asurini. *Rev. Mus. Paulista*, N.S., 14: 105-119.
- COUDREAU, H., 1897, *Voyage au Xingu* (30 Mai-6 Octobre 1896), Paris.
- IBGE, Serviço Nacional de Recenseamento, 1960, Recenseamento Geral do Brasil, Estado do Pará, Sinopse Preliminar do Censo demográfico, Rio de Janeiro.
- LARAIA, R. B., 1963, Arranjos Poliândricos na sociedade Suruí. *Rev. Mus. Paulista*, N.S., 14: 71-75.
- LARAIA, R. B., 1965, A fricção interétnica no Médio Tocantins. *América Latina*, Rio de Janeiro, 8 (2): 66-75.
- NIMUENDAJU, C., 1948, Tribes of lower and middle Xingu, Handbook of South Amer. Ind., *Bureau Amer. Ethn., Bull.* 143, 3: 201-243.